

A HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE ARTE E LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA

*Francisca das Chagas da Silva Alves**
*Maria Jorge dos Santos Leite***

RESUMO

Este artigo analisa a temática da História e Cultura Afro-Brasileira presente em livros didáticos utilizados pelas escolas públicas do estado de Pernambuco. Nesse sentido, foram analisados dois livros, um de Língua Portuguesa/Literatura e outro de Arte, por estas serem disciplinas nas quais a Lei n.º 10.639/2003 recomenda que sejam trabalhados os conteúdos da temática em estudo. Utilizou-se a metodologia das pesquisas quantitativa e qualitativa na análise textual e iconográfica, com a finalidade de identificar presença, ou omissão, da referida temática e/ou possíveis estereótipos e preconceitos étnico-raciais. O estudo observou que os livros editados a partir de 2003 ainda são ineficientes para o cumprimento da lei. Eles trazem poucos elementos da temática negra e ainda associam o termo “negro” a situações negativas. A análise concluiu que, para haver êxito na aplicabilidade do dispositivo legal, é necessário melhorar a qualidade dos livros didáticos, associá-los a outros recursos pedagógicos e promover uma formação de qualidade para os professores.

Palavras-chave: História e cultura afro-brasileira. Livro didático. Língua Portuguesa/Literatura. Arte.

* Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora adjunta da Universidade de Pernambuco (UPE). Professora do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI), nível mestrado, modalidade profissional, Universidade de Pernambuco (UPE). ORCID: 0000-0001-5655-1184. Correio eletrônico: maria.leite@upe.br

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI), nível mestrado, modalidade profissional, Universidade de Pernambuco (UPE). Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal do Piauí (IFPI). ORCID: 0000-0002-4245-1884. Correio eletrônico: francisca_alves03@hotmail.com

THE HISTORY AND AFRO-BRAZILIAN CULTURE IN THE TEACHING BOOKS OF ART AND PORTUGUESE LANGUAGE/LITERATURE

ABSTRACT

This article analyzes Afro-Brazilian History and Culture themes present in books used by public schools in the State of Pernambuco. In this sense, two books were analyzed, one in Portuguese Language / Literature and another in Art, because these are disciplines in which Law 10.639 / 03 recommends that subject under study contents should be worked out. Quantitative and qualitative research methodology was used in textual and iconographic analysis, with the purpose to identifying the presence or omission of aforementioned thematic and / or possible ethnic-racial stereotypes and prejudices. The study noted that books published since 2003 are still ineffective in compliance with the Law. They offer few elements of black culture and still associate the term “black” with negative situations. The research concluded that in order to be successful in legal provisions applicability, it is necessary to improve textbooks quality, associate them with other teaching resources, and to promote quality teacher training.

Keywords: *Afro-Brazilian history and culture. Didactic book. Portuguese Language/Literature. Art.*

HISTORIA Y CULTURA AFROBRASILEÑA EN LIBROS DIDÁCTICOS DE ARTE Y LENGUA PORTUGUESA/LITERATURA

RESUMEN

Este artículo hace un análisis temático de la Historia y Cultura Afro-Brasileña presentes en libros didácticos utilizados en las escuelas públicas del Estado de Pernambuco. Con esta meta se analizaron dos libros, uno de Lengua Portuguesa / Literatura y otro de Arte, pues estas son las disciplinas que la Ley n ° 10.639 / 03 recomienda que el tema del contenido sea trabajado. Se utilizó la metodología de las investigaciones cuantitativa y cualitativa en el análisis textual e iconográfico, con la finalidad de identificar presencia, u omisión, de la referida temática y / o posibles estereotipos y prejuicios étnico-raciales. El estudio observó que los libros editados a partir del 2003, todavía son ineficaces para el cumplimiento de la Ley. Traen pocos elementos de la temática negra y aún asocian el término “negro” a situaciones negativas. Concluyó que para tener éxito en la aplicabilidad del dispositivo legal, es necesario mejorar la calidad de los libros didácticos, asociarlos a otros recursos pedagógicos, y promover una formación de calidad para los profesores.

Palabras clave: *Historia y cultura afro-brasileña. Libro didáctico. Lengua Portuguesa/Literatura. Arte.*

1 INTRODUÇÃO

A Lei n.º 10.639/2003 modificou a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. De acordo com esse dispositivo, os conteúdos relacionados à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Essa legislação é resultante de longos anos de luta do movimento negro brasileiro e representa um avanço significativo na luta pela desconstrução social do preconceito e racismo dos quais são vítimas os negros afro-brasileiros. Representa, ainda, um avanço na luta por uma educação igualitária e inclusiva, ao estabelecer o seguinte:

O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (BRASIL, 2003, p. 1).

No entanto, para a efetivação dessa legislação, é necessária, além de uma abordagem da temática afro-brasileira na formação inicial dos professores, a existência de “ferramentas” que instrumentalizem mestres e alunos na realização de uma discussão profícua acerca do tema. Neste sentido, muitos recursos didático-pedagógicos podem ser utilizados: livros didáticos e paradidáticos, vídeos, áudios, imagens, textos e outros. Dentre estes, o livro didático exerce um papel relevante por ser um dos instrumentos mais utilizados no ambiente escolar, sendo ainda o mais acessível ao aluno. No entanto, sabe-se que o livro não é um recurso neutro; ao contrário, trata-se de um instrumento didático eivado de significados, concepções e ideologias, via de regra, pertencentes à classe social hegemônica.

As formas de pensamento contidas nos livros, através de textos ou imagens, geralmente exaltam os elementos da cultura dominante em detrimento de outros itens relativos à cultura dos dominados. Os livros didáticos, quando não são omissos em relação à história e cultura afro-brasileira, trazem visões carregadas de estereótipos e preconceitos acerca dos povos negros. Os livros didáticos de História editados posteriormente à promulgação da Lei n.º 10.639/2003 já trazem inclusos capítulos abordando a temática negra, o que nem sempre acontece em outras disciplinas, como Língua Portuguesa/Literatura e Educação Artística – esta aparece nos currículos escolares como “Arte”.

A análise dos livros didáticos tem sido uma preocupação constante para muitos pesquisadores. O que se põe em questão não é o uso em si desse material, pois, em alguns casos, este pode ser, se não o único, o mais acessível instrumento de ensino que os professores dispõem. O grande problema tem sido a aceitação e o uso passivos desse instrumento, sem questionamentos e reflexões, e, principalmente, sem contraposição às concepções dos autores e editoras. Na maioria das vezes, o uso do livro didático pelos educadores consiste na reprodução completa

de suas unidades, levando em consideração apenas as concepções contidas nesse instrumento, sem fazer contraponto às visões que os atores sociais, especialmente negros, indígenas, mulheres e outras categorias, têm de si próprios.

O propósito deste trabalho é colaborar com o debate sobre o papel do livro didático na escola, destacando sua participação na efetivação do ensino da história e cultura afro-brasileira preconizado na Lei n.º 10.639/2003 e buscando construir uma visão crítica, reflexiva e questionadora em relação aos conceitos, concepções e ideologias contidos nesses instrumentos.

A problemática que norteia o presente trabalho parte do seguinte questionamento: como é feita a abordagem da temática História e Cultura Afro-Brasileira nos livros didáticos adotados para o ensino médio nas escolas públicas brasileiras? Para responder a essa questão, foram analisados os seguintes livros:

- a) Língua Portuguesa/Literatura, 3.º ano do ensino médio - título: *Contexto, interlocução e sentido*, autoria: Maria Luiza M. Abaurre e outras, editora: Moderna, ano de publicação: 2008;
- b) Arte, 1.º ano do ensino médio - título: *Por toda parte* (volume único), autoria: Solange dos Santos Utuari Ferrari e outros, editora: FTD, ano de publicação: 2013.

A escolha dos livros levou em consideração o fato de a Lei n.º 10.639/2003 recomendar que os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira sejam ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira (BRASIL, 2003). Nessa perspectiva, espera-se que os livros dessas disciplinas, editados após a promulgação da lei, tenham os seus conteúdos adaptados ao cumprimento desse dispositivo legal.

A partir de 2003, foi acrescentado à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) o conteúdo da Lei n.º 10.639/2003¹, que torna obrigatório o ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas. Esta lei, de acordo com o Ministério da Educação (MEC), objetiva promover a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira a partir do enfrentamento estratégico de culturas e práticas discriminatórias e racistas institucionalizadas presentes no cotidiano das escolas e nos sistemas de ensino que excluem e penalizam crianças, jovens e adultos negros e comprometem a garantia do direito à educação de qualidade para todos (LEITE, 2016).

O presente artigo estrutura-se da seguinte forma: a primeira parte é composta por uma discussão teórica acerca do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, seguida da análise dos livros de Língua Portuguesa/Literatura e Arte, finalizando com as considerações finais das autoras sobre a temática.

2 DISCUTINDO O LIVRO DIDÁTICO E A EDUCAÇÃO AFRO-BRASILEIRA

No ambiente escolar, o livro didático ocupa um espaço considerável, seja através de consultas feitas pelo professor durante o planejamento de suas aulas,

¹ Em março de 2008, a LDB foi novamente alterada, desta vez através da Lei n.º 11.645/2008. Desse modo, tornou obrigatório o ensino da cultura indígena.

seja pelo uso cotidiano dos alunos na resolução de atividades e orientação de sua aprendizagem. Trata-se de um material atraente por possuir a característica de proporcionar a praticidade ao trabalho do professor, embora, às vezes, essa praticidade torne a atividade pedagógica acrítica e alienante. É importante que a escola e os professores tomem consciência desse papel duplo do livro didático para posicionar-se em relação ao tipo de educação que desejam construir.

De acordo com Circe Bittencourt (1993), é na escola que os livros didáticos são lidos, interpretados e discutidos. Entretanto, esta instituição é contraditória e abriga, no seu interior, o conflito e a dominação. Se, por um lado, a escola pode ser encarada como espaço de reprodução e transmissão de ideologias dominantes, por outro também produz conhecimento e comporta oposição e resistência aos projetos hegemônicos. Assim, o papel da escola em relação ao uso do livro didático não é necessariamente passivo e reprodutivista (na perspectiva bourdieuniana). Por mais que esse instrumento (o livro) seja ideológico, entende-se que há possibilidades de se lançar sobre ele um olhar crítico e transformador.

Entretanto, não é tão simples oferecer esse contraponto. Além de os livros didáticos, sobretudo os de história, ainda serem permeados por concepções positivistas que valorizam os fatos, os heróis e a história dos vencedores, muitas pesquisas demonstram outras dificuldades que cotidianamente se impõem aos alunos e professores.

Para as crianças empobrecidas, esse livro ainda é, talvez, o único recurso de leitura na sua casa, onde não se compram jornais e revistas. Também para o professor dessas escolas, onde os materiais pedagógicos são escassos e as salas de aula repletas de alunos, o livro didático talvez seja um material que supra as suas dificuldades pedagógicas. Por outro lado, em virtude da importância que lhe é atribuída e do caráter de verdade que lhe é conferido, o livro didático pode ser um veículo de expansão de estereótipos não percebidos pelo professor. O livro didático, de um modo geral, omite ou apresenta de uma maneira simplificada e falsificada o cotidiano, as experiências e o processo histórico-cultural de diversos segmentos sociais, tais como a mulher, o branco, o negro, os indígenas e os trabalhadores, entre outros. (MUNANGA, 2005, p. 23).

Afirmou-se acima que o problema não é o uso do livro didático, mas a ausência de uma visão crítica sobre seu conteúdo. Na concepção de Munanga (2005), são as condições precárias às quais alunos e professores estão submetidos que os impossibilitam de enxergar a ideologia presente nos livros, fazendo com que os estereótipos ou passem despercebidos ou sejam reproduzidos de maneira inconsciente. Todavia, se a escola é, ao mesmo tempo, espaço de dominação e conflito, como afirma Bittencourt (1993), é do conflito que surgirão as oportunidades de se contrapor às situações de dominação e de superar a desigualdade na educação.

Diante da problemática da desigualdade que envolve a educação brasileira, a promulgação da Lei n.º 10.639/2003 foi bastante oportuna para gerar conflitos, estabelecer um acirrado debate e possibilitar a busca por soluções para o problema. Já que o teor da lei é a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira nas escolas do ensino básico, o debate precisa centrar-se no afastamento das dificuldades à implementação da lei e na procura por caminhos possí-

veis para sua efetivação. Acredita-se que um desses caminhos seja a análise crítica dos livros didáticos, visando ao seu aperfeiçoamento através da retirada de qualquer expressão preconceituosa ou imagem estereotipada do povo negro e da colocação dos conteúdos necessários ao ensino da História e Cultura Afro-Brasileira.

3 ANALISANDO O LIVRO DIDÁTICO

Para a realização deste trabalho, foram analisados dois livros, um de Língua Portuguesa/Literatura - *Contexto, interlocução e sentido (3.º ano)*, e outro de Arte - *Arte em interação (volume único)* -, adotados para as turmas de ensino médio nas escolas públicas da Rede Estadual de Pernambuco. A análise voltou-se para a averiguação da existência das temáticas relativas à história e cultura afro-brasileira e a forma como a negritude é abordada na obra, concentrando-se na valorização positiva ou negativa do povo e cultura negros.

A primeira análise refere-se ao livro de Língua Portuguesa/Literatura - *Contexto, interlocução e sentido (3.º ano)*. A obra segue uma estrutura organizativa semelhante à de todos os livros didáticos, inclusive os anteriores à edição da Lei n.º 10.639/2003. Divide-se em 5 unidades didáticas, contendo ao todo 15 capítulos. As duas primeiras unidades dedicam-se ao estudo das seguintes escolas literárias: Pré-Modernismo, Modernismo, Pós-Modernismo; as três últimas, por sua vez, são dedicadas às normas gramaticais.

Considerando que a edição da obra é de 2008, 5 anos após a vigência da lei que recomenda ensinar os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira (BRASIL, 2003), esperava-se que pelo menos uma unidade completa da obra fosse dedicada às temáticas afro-brasileiras. No entanto, constatou-se que não há nenhuma unidade, nem mesmo capítulo completo, que aborde essas questões.

Somente na unidade 2, ao final do capítulo 8, há uma seção especial intitulada “A narrativa africana de língua portuguesa”. O texto introdutório dessa seção reconhece a importância das narrativas orais (contos, mitos, lendas) para os povos africanos, enfatizando que, à medida que as ex-colônias portuguesas conquistavam suas independências, surgia a necessidade de criar textos literários que narrassem as novas nações. Nesse sentido, são apresentados alguns textos retirados das obras de autores originários dos países africanos de língua portuguesa, como o moçambicano Mia Couto, os angolanos José Luandino Vieira, Arthur Carlos Maurício Pepetela, José Eduardo Agualusa e Ondjaki.

A produção literária desses autores representa fortes elementos constitutivos da identidade africana por trazerem, além dos elementos da cultura negra, as narrativas referentes ao processo colonial. Dentre estas obras, destaca-se o romance “Nação crioula”, de Agualusa, que, através do recurso ficcional, lança um olhar abrangente sobre a questão colonial, e “Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra”, de Mia Couto, “[...] na qual o escritor revisita a presença portuguesa com um olhar que não é marcado pela repulsa ou pela revolta. Deseja saber de que modo os ‘dominadores’ foram, no fim da história, transformados pela essência africana.” (ABAURRE *et al.*, 2008, p. 257).

Sem dúvida a presença dessa seção, que trata da “narrativa africana de língua portuguesa” e apresenta alguns dos principais nomes da ficção africana em língua portuguesa, é muito importante, “[...] por revelar parte dessa produção literária, ainda bastante desconhecida dos brasileiros e, com isso, ajudar a divulgar um pouco a história de luta pela constituição de uma identidade autônoma que se faz presente nos contos e romances dos autores africanos.” (ABAURRE *et al.*, 2008, p. 247).

No entanto, a existência dessa importante seção não é suficiente para atender ao que preconiza a Lei n.º 10.639/2003, ao recomendar que a história e cultura afro-brasileira sejam um tema abordado também na área da Literatura. Assim como existe uma importante literatura que confere identidade aos povos dos países africanos, há no Brasil, atualmente, vários escritores negros, e não negros, cuja produção se volta para a construção de uma identidade positiva para o negro brasileiro. Essa produção literária é parte constitutiva daquilo que denominamos história e cultura afro-brasileira, mas raramente aparece nos livros didáticos. Na obra analisada, não encontramos textos de escritores brasileiros, como Joel Rufino dos Santos, Kabengele Munanga, Eliza Lucinda, Abdias Nascimento, Henrique Cunha Júnior e outros nomes cuja produção é referência para a história e cultura afro-brasileira.

A lacuna na temática afro-brasileira e a ausência de escritores negros brasileiros contemporâneos não foram os únicos problemas encontrados no livro didático de Língua Portuguesa/Literatura analisado. Ao longo dos capítulos, foram identificados pelos menos dois momentos em que a temática negra está relacionada a situações negativas. O segundo capítulo da primeira unidade, que trata do Modernismo em Portugal, traz, na página 58, um texto sobre a Ditadura em Portugal, com o título “Os longos negros anos da ditadura em Portugal”.

Sabe-se que as ditaduras, principalmente as mais recentes, vivenciadas tanto na América Latina como na Europa, deixaram marcas indeléveis para a posteridade: centralização, autoritarismo, censura, violência e outras mazelas. Utilizar as expressões “negro” ou “negra” para identificar momentos tão horrendos da história da humanidade só concorre para reforçar os estereótipos e preconceitos que historicamente recaíram sobre o povo negro.

Outra ocorrência negativa pode ser encontrada no capítulo 3 da segunda unidade, que trata do Modernismo brasileiro. Nas páginas 83 e 84, encontra-se o texto “Macunaíma: a redefinição do herói nacional”. Para comentar a obra de Mário de Andrade, os autores citam trechos desta: “No fundo do mato viagem nasceu Macunaíma, herói de nossa gente. Era preto retinto e filho do medo da noite... a índia Tapanhumas pariu uma criança feia. Essa criança que chamaram Macunaíma.” (ANDRADE *apud* ABAURRE *et al.*, 2008, p. 83-84).

A obra de Mário de Andrade é de 1928. Trata-se de um grande romance do modernismo brasileiro, baseado em lendas e mitos indígenas ou folclóricos, cujo valor literário é indiscutível. No entanto, há de se considerar a época em que foi escrito. Naquela primeira metade do século XX, a mentalidade intelectual brasileira estava impregnada pelas teorias racistas desenvolvidas na Europa do século XIX. Nessas teorias, a inferioridade racial do negro era tratada como uma verdade científica indiscutível, o que tornaria Macunaíma uma criança naturalmente feia por ser negra. No entanto, com o passar do tempo, diversos trabalhos antropoló-

gicos, de caráter etnográfico, afastaram-se dessa análise biológica e adentraram uma perspectiva mais filosófica, construindo uma orientação humanitária, segundo a qual as diferenças entre os grupos humanos são de natureza cultural e não biológica.

Não se trata de condenar a obra Macunaíma ao ostracismo, evitando que as novas gerações a conheçam, mas de aproveitar os discursos correntes acerca da luta antirracista, presentes principalmente no movimento negro brasileiro, para se fazer uma leitura crítica desta; infelizmente, a obra analisada não o faz.

A obra em análise contém poucas imagens, sendo estas em geral fotos de escritores e obras de arte representativas dos movimentos literários abordados. Quanto às imagens “negras”, destaca-se, na abertura da seção especial que trata da “narrativa africana de língua portuguesa”, uma foto de uma árvore denominada *baobá*, localizada no Parque Nacional de Serengeti, na Tanzânia. Essa imagem é muito significativa, por tratar-se de uma árvore símbolo das culturas africanas tradicionais. Os velhos *baobás* africanos de troncos enormes dão a impressão de serem testemunhas dos tempos imemoriais, de uma ancestralidade africana. Os mitos e o pensamento mágico-religioso *yorubá* têm, na simbologia da árvore, um de seus temas recorrentes.

Encontram-se ainda nessa seção fotos de escritores africanos e poucas imagens relativas à cultura ou ao cotidiano da população negra africana. Algumas dessas imagens merecem análise: na página 245, uma foto de 2007 retrata crianças negras africanas (quatro meninos), brincando no mar Bazaruto, em Moçambique; na página 248, uma foto de 1995 traz uma criança negra (menina) em frente às ruínas de uma construção toda crivada por balas em Kuito, região central de Angola, durante a guerra civil angolana; na página 255, uma foto de 2005 mostra uma construção de arquitetura colonial em Maputo, Moçambique, revelando a presença portuguesa na história desse país; e, ainda, na página 259, uma foto de 2010 apresenta uma vista da cidade de Lubango, em Angola, trazendo, em segundo plano, os rochedos de Tandavala. São imagens significativas para a história desses países, embora a obra seja completamente omissa em relação aos artefatos e às manifestações culturais dos povos africanos.

Quanto à cultura afro-brasileira, tão rica em seus aspectos materiais e imateriais, o livro escrito para o ensino da Língua Portuguesa/Literatura nas escolas públicas não a inclui nos conteúdos a serem ministrados na formação dos jovens brasileiros. Como a obra traz, no capítulo 8, da segunda unidade, as tendências contemporâneas e aborda o teatro brasileiro, não seria um espaço por excelência para incluir os aspectos da cultura e literatura afro-brasileiras atuais? Não é difícil responder a essa questão se tomarmos como base o pensamento da historiadora Circe Bittencourt (2001, p. 73), segundo o qual o livro didático é um instrumento ideológico e fonte de renda das editoras:

[...] o papel do livro didático na vida escolar pode ser o de instrumento de reprodução de ideologias e do saber oficial imposto por determinados setores do poder e pelo Estado. É necessário enfatizar que o livro didático possui vários sujeitos em seu processo de elaboração e passa pela intervenção de professores e alunos que realizam as práticas diferentes de leitura e de trabalho escolar. Os usos que professores e alunos fazem do livro didático são variados e podem

transformar esse veículo ideológico e fonte de lucro das editoras em instrumento de trabalho mais eficiente e adequado às necessidades de um ensino autônomo.

Considerando o livro didático como mercadoria e instrumento de reprodução ideológica, entende-se como é difícil se efetivar, através desse instrumento, o que preconiza a Lei n.º 10.639/2003. Entretanto, apesar de todas essas limitações, o livro didático é uma ferramenta pedagógica importante que pode se transformar num instrumento eficiente de aprendizagem nas mãos de professores e alunos, desde que seja utilizado de modo crítico e adequado às necessidades de um ensino libertador.

A segunda obra a compor a análise contida neste trabalho foi o livro de Arte, ou Educação Artística, intitulado *Por toda parte*, de autoria de Solange dos Santos Utuari Ferrari e outros. Embora a obra se apresente em volume único, portanto utilizada para todas as séries do ensino médio, é bastante resumida, demonstrando a pouca importância que essa disciplina ocupa no ensino básico brasileiro. O livro não contém unidades, é dividido em seis capítulos, com temas gerais, subdivididos em temas mais específicos.

De modo geral, os capítulos desenvolvem as seguintes temáticas: no primeiro, os autores discutem o conceito de arte e resgatam sua história com ênfase no Renascimento (séculos XV-XVI); no segundo, trabalham-se as diversas linguagens artísticas, situando-as no tempo e no espaço, promovendo a interdisciplinaridade ao estabelecer diálogo entre a arte e outras linguagens, como a matemática; no terceiro capítulo, os autores abordam o processo de criação artística, destacando o trabalho de artista de diversas modalidades e gêneros: Alexandre Orion (grafite); Gabriel, o pensador, Marcelo D2 e Fernandinho Baet Box (música, *rap*); Gilberto Gil e Chico Buarque (música, MPB); Michelangelo (pintura renascentista) e debate sobre a arte enquanto forma de conhecimento. Aqui a interdisciplinaridade faz-se por meio da conexão entre Arte, Ciências, Língua Portuguesa e Matemática.

O capítulo 4 trabalha a materialidade (ferramentas e meios materiais) e o suporte (o material que dá sustentação à obra, como o corpo, o movimento e a voz), bem como a alquimia e as cores. A interdisciplinaridade se estabelece no diálogo entre arte, saúde, sexualidade e pluralidade cultural e meio ambiente. No quinto capítulo, são trabalhadas as formas e os conteúdos da arte, as linguagens artísticas; enquanto o sexto, e último capítulo, trata das manifestações culturais, como os festivais de música, imagens enigmáticas, a música popular brasileira e o patrimônio histórico material e imaterial.

Assim como na obra de Língua Portuguesa/Literatura, o livro de Arte analisado também não traz nenhum capítulo - nem mesmo seção, como no primeiro - dedicado às expressões culturais afro-brasileiras. No entanto, a obra não é totalmente desprovida de conteúdos relacionados à temática instituída pela Lei n.º 10.639/2003. No quarto capítulo, as páginas 182 e 183 abordam o subtema "Os sons que ecoam em nossa afrodescendência". Aqui, os autores falam de sons e instrumentos musicais de origem africana:

No Brasil temos sons que vieram com a cultura africana, representada pelas pessoas de vários povos que foram escravizadas e trazidas durante a colonização portuguesa. Esses sons, entre tantos outros

elementos culturais, incorporaram-se à sociedade que se formava, caracterizando a influência da cultura afrodescendente no Brasil. (FERRARI *et al.*, 2013, p. 182).

Em seguida, os autores afirmam que foram trazidos pelos africanos os seguintes instrumentos musicais: *afoxé, agogô, caxixi, claca, cuíca, djembe, kalimba, kora, maracá, reco-reco, xilofone, etc.* Após esse tímido reconhecimento da existência de elementos da cultura musical africana, os autores voltam-se para o processo artístico/técnico de construção desses instrumentos, sem fazer nenhuma referência à existência de uma cultura musical afro-brasileira.

O último capítulo, que trata das expressões culturais, poderia ser um espaço por excelência para abordar a cultura afro-brasileira, mas não o faz. No subtema intitulado “A música popular brasileira e as gerações de ouvintes”, os autores abordam movimentos de vanguarda, como o tropicalismo, mas não fazem referência a nenhum ritmo musical que tenha nascido das comunidades afro-americanas, como o *funk*, o *reggae* e o *hip hop*, ou aos nascidos das comunidades jamaicanas e que estão muito presentes nas comunidades negras brasileiras. Apenas uma breve referência, seguida de foto, é feita a Dorival Caymmi, cantor e compositor baiano que “[...] compôs principalmente músicas que retratam os costumes e as influências afrodescendentes.” (FERRARI *et al.*, 2013, p. 274).

Por se tratar de um livro de Arte, as imagens estão presentes em todas as páginas, embora pouco ou nada digam sobre a arte afro-brasileira. Somente no último capítulo, três imagens estão relacionadas indiretamente à questão da negritude. Na página 267, encontra-se uma imagem da tela *Retrato de mulata*, de Di Cavalcanti, na qual a mulher negra é representada como símbolo da brasilidade. Na página 271, encontra-se a obra *Os retirantes*, de Candido Portinari, a qual retrata a saga dos nordestinos fugindo da seca, da fome e da miséria provocadas pelas desigualdades sociais, que no Brasil afetam sistematicamente o povo negro, descendente de escravos. Por fim, ao abordar o tema “O patrimônio de minha cidade”, o livro traz, na página 274, uma foto de Sueli Bispo, uma “baiana do acarajé”, e seu tabuleiro contendo acarajé, cocada, vatapá, camarão, caruru (quiabo), passarinha (baço de boi), tomate e óleo de dendê, registro fotográfico datado de 2009. Na obra, essas imagens de elementos da cultura afro-brasileira não são acompanhadas por nenhum texto que faça reflexão sobre estes, estão simplesmente ali colocados.

Apesar da constatação da ineficiência dos livros didáticos – o que dificulta a aplicabilidade da Lei n.º 10.639/2003 nas escolas básicas –, sabe-se que esse instrumento é apenas um dos elementos a serem utilizados com essa finalidade. O uso de outros recursos, como filmes, documentários, músicas, jornais, revistas, aulas de campo em comunidades negras, aliados a uma formação de qualidade para os professores, constitui possíveis caminhos para a implementação da lei.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o livro didático como um dos instrumentos pedagógicos mais utilizados no processo de ensino-aprendizagem, este trabalho propôs-se a analisar duas edições de livros didáticos, sendo uma de Língua Portuguesa/Literatura

e a outra de Arte, objetivando encontrar nestas obras conteúdos e imagens referentes à História e Cultura Afro-Brasileira que auxiliassem adequadamente o cumprimento da Lei n.º 10.639/2003.

Este estudo conclui que, tomando como referência as obras analisadas, o livro didático brasileiro ainda é um instrumento pouco eficiente para trabalhar a temática da História e Cultura Afro-Brasileira na perspectiva pretendida pela lei em discussão. Entende-se que para o cumprimento da referida lei e para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva que contemple a história e cultura de todos os povos que compõem a nação brasileira é preciso não só melhorar a qualidade de nossos livros didáticos, mas também enriquecer o ensino com a utilização de práticas e instrumentos pedagógicos diversos. Não obstante, uma boa formação inicial e continuada para os professores é condição *sine qua non* para o êxito de qualquer transformação que possa ser operada na área da educação.

Não se buscou aqui analisar a postura desempenhada pelos professores perante o livro didático, nem o papel desses profissionais na aplicabilidade da lei na escola. Porém, ressalta-se que diversos trabalhos realizados sobre a temática destacam, entre as dificuldades para a implementação do dispositivo legal, o despreparo dos professores ocasionado por uma lacuna na formação docente. A historiadora Hebe Maria Mattos (2003) destaca a negligência com que é tratada a História da África na universidade, o que ocasiona uma deficiência na formação para o magistério e dificulta a construção do processo de politização capaz de romper com o eurocentrismo ainda predominante no ensino de História.

REFERÊNCIAS

- ABAURRE, Maria Luíza M. *et al.* *Português: contexto, interlocução e sentido*. São Paulo: Moderna, 2008.
- BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. *In*: BITTENCOURT, Circe. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2001.
- BITTENCOURT, Circe. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 193-221, set. 1992/ago. 1993.
- BOURDIEU Pierre; Jean-Claude PASSERON, *A reprodução: elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. *D.O.U.*, Brasília, DF, 10 jan. 2003.
- FERRARI, Solange dos Santos Utuari. *Por toda parte*. São Paulo: FTD, 2013.
- LEITE, Maria Jorge dos Santos. *Movimento social quilombola: processos educativos*. Curitiba: Appris, 2016.
- MUNANGA Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2005.